



ESTADO DE MINAS GERAIS

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
MINAS GERAIS**

Gerência de Licitações Contratos e Convênios

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 2200.01.0000952/2025-60

**Acordo de Cooperação (AC) IEPHA-MG
SEI Nº 115412273**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO SEI Nº
116605666 QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS
GERAIS - IEPHA-MG E A COMISSÃO
MINEIRA DE FOLCLORE - CMFL, PARA
OS FINS NELE ESPECIFICADOS.**

O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.625.196-0001/40, com sede na Praça da Liberdade, nº 470, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-010, doravante denominado **ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRO (OEEP)**, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JOÃO PAULO MARTINS, brasileiro, CPF nº 056.***.***-01, e a **COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE - CMFL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.854.484/0001-06, com sede na Rua Pires da Mota nº 202, Bairro Madre Gertrudes, Belo Horizonte/MG, CEP 30.512-760, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA (OSC PARCEIRA)**, neste ato representada por seu Presidente, Senhor MAURO GUIMARÃES WERKEMA, brasileiro, CPF nº 128.***.***-68.

RESOLVEM celebrar considerando o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, tendo em vista o que consta no processo nº 2200.01.0000952/2025-60, afastada a regra de chamamento público determinada pelo art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho 2014 e art. 18 do Decreto Estadual nº 47.132, de 20 de agosto de 2017, com base na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Estadual nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), na Lei Anual de Diretrizes orçamentárias (LDO), no Decreto Estadual nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, bem como na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG) nº 03, de 27 de fevereiro de 2013, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições, previamente entendidas e expressamente aceitas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO a mútua cooperação para a realização da preservação, restauração, promoção, pesquisa, difusão e valorização das manifestações culturais populares e do patrimônio cultural do estado de Minas Gerais, conforme Plano de Trabalho.

1.2. O Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo OEEP, constante do Anexo I deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos do art. 22 e do parágrafo único do art. 42 da Lei Federal nº 13.019/2014, constitui parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito.

1.3. É vedada a execução de atividades ou ações de envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1. Constitui finalidade do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO a consecução da finalidade de interesse público e recíproco de promoção, valorização, salvaguarda e difusão das manifestações culturais populares e do patrimônio imaterial de Minas Gerais, dada a convergência das atribuições

institucionais do IEPHA/MG – responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural do Estado – e da CMFL – **entidade que, desde o ano de 1948**, atua na pesquisa, documentação e difusão do folclore mineiro. A articulação dessas instituições permitirá a ampliação das ações voltadas à valorização das expressões culturais populares, à realização de eventos de difusão e formação, bem como à produção e disseminação de conhecimento sobre o tema.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1. São obrigações e responsabilidades, além dos outros compromissos assumidos neste ACORDO DE COOPERAÇÃO e os previstos na legislação vigente:

3.1.1. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRO (OEEP):

3.1.1.1. Fornecer manuais à OSC PARCEIRA por ocasião da celebração da parceria, informando previamente a organização e publicando em meios oficiais de comunicação eventuais alterações no seu conteúdo.

3.1.1.2. Publicar o extrato deste ACORDO DE COOPERAÇÃO e de seus aditivos e prorrogações de ofício, no Diário Oficial do Estado, no prazo e na forma legal, para que o instrumento produza seus efeitos jurídicos.

3.1.1.3. Orientar a equipe de contato da OSC PARCEIRA sobre a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 47.132/2017 e a boa técnica para a execução da política pública por meio deste ACORDO DE COOPERAÇÃO.

3.1.1.4. Abster-se de praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC PARCEIRA que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

3.1.1.5. Na hipótese de o gestor designado deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, designar como novo gestor da parceria servidor ou empregado público habilitado a controlar e fiscalizar, acompanhar e monitorar a execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO em tempo hábil e de modo eficaz, observados, no que couber, os arts. 58 a 62 da Lei Federal nº 13.019/2014, e os arts. 2º, inciso IX, 56, 56-A, 59, 59-A e 59-B do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

3.1.1.6. Assegurar os recursos necessários para o pleno desempenho das atribuições do gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, no que couber, do art. 61 do Decreto Estadual nº 47.132/2017 e do(a) [ato que instituiu a comissão] e suas eventuais alterações.

3.1.1.7. Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, assegurando os recursos humanos e tecnológicos necessários para essas atividades nos termos da Cláusula 4ª.

3.1.1.8. Analisar as propostas de alterações apresentadas pela OSC PARCEIRA e, quando conveniente e oportuna a alteração, realizar eventuais ajustes necessários à aprovação das alterações, desde que permitidas pela legislação e que não impliquem modificação do núcleo da finalidade deste ACORDO DE COOPERAÇÃO.

3.1.1.9. Promover o apostilamento de alterações relacionadas aos membros de equipe de contato da OSC e a duração das etapas, nos termos dos §§7º, 8º e 8º-B do art. 67 do Decreto nº 47.132, de 2017.

3.1.1.10. Receber e analisar as prestações de contas finais apresentadas pela OSC PARCEIRA, no que couber nos termos do Capítulo VII do Decreto Estadual nº 47.132/2017, aprová-las com ou sem ressalvas, ou rejeitá-las, mantê-las em arquivo devidamente autuadas, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, para futuras ou eventuais inspeções.

3.1.1.11. Providenciar a divulgação deste ACORDO DE COOPERAÇÃO e das informações contempladas nos incisos I, II, III, V, VI, VIII e IX do art. 7º do Decreto nº 47.132, de 2017, no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais e/ou em seu respectivo sítio eletrônico oficial.

3.1.1.12. Instaurar, depois de esgotadas as medidas administrativas internas, a tomada de

contas especial quando caracterizado pelo menos um dos fatos ensejadores previstos na Instrução Normativa do TCEMG nº 03/2013, **ou outra que vier a substituí-la.**

3.1.1.13. Seguir os entendimentos jurídicos da Advocacia-Geral do Estado (AGE) e as orientações e recomendações da Superintendência Central de Convênios e Parcerias da Secretaria de Estado de Governo (Segov) sobre a execução de políticas públicas por meio de acordos de cooperação.

3.1.1.14. Colaborar, condicionadamente à disponibilidade de seus quadros, na formulação e apoio a eventos conjuntos relacionados à promoção, pesquisa, difusão e valorização das manifestações culturais populares e do patrimônio cultural imaterial do estado de Minas Gerais.

3.1.1.15. Colaborar, condicionadamente à disponibilidade institucional e à conveniência estratégica do IEPHA-MG, na estruturação de Premiação anual de Mestres e Mestras da Cultura.

3.1.1.16. Fornecer apoio técnico e institucional às atividades de pesquisa e documentação realizadas pela CMFL.

3.1.1.17. Fornecer apoio técnico e institucional às atividades de pesquisa e documentação realizadas pela CMFL no âmbito do Anexo I – Plano de Trabalho.

3.1.1.18. Disponibilizar, sempre que possível, informações, documentos e estudos técnicos pertinentes ao patrimônio cultural.

3.1.1.19. Facilitar, sempre que possível e quando for o caso, o acesso de quadros da CMFL aos bens culturais de propriedade ou posse do IEPHA-MG que sejam, eventualmente, necessários à consecução das atividades constantes no Anexo I – Plano de Trabalho.

3.1.1.20. Prestar assessoria técnica, sempre que possível e conforme disponibilidade institucional, em temas relacionados à restauração, conservação, técnicas construtivas históricas, gestão, promoção, educação e difusão do patrimônio cultural.

3.1.2. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA (OSC PARCEIRA):

3.1.2.1. Manter atualizados o correio eletrônico, o telefone de contato e o endereço, inclusive o residencial, de seu representante legal, e demais requisitos do Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais – Cagec –, conforme art. 25 do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

3.1.2.2. Informar à Coordenação Unidade Gestora do Cagec:

3.1.2.2.1. Quando houver alteração do quadro de dirigentes, a ata de eleição e a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – de cada um deles, de acordo com os incisos V e VI do art. 34 da Lei Federal nº 13.019/2014.

3.1.2.2.2. Quando houver alteração dos atos societários, as alterações realizadas no estatuto e, quando for o caso, no regimento interno.

3.1.3. Informar, ao OEEP, eventuais alterações dos membros da equipe de contato da OSC PARCEIRA para o ACORDO DE COOPERAÇÃO.

3.1.4. Observar, no transcorrer da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, todas as orientações e eventuais diretrizes emanadas pelo OEEP.

3.1.5. Executar e acompanhar a execução, diretamente ou por terceiros, relativa ao objeto deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, em conformidade com seu Plano de Trabalho e observada a legislação pertinente, especialmente a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 47.132/2017 e a legislação trabalhista, resguardada a proibição contida no caput do art. 66 do Decreto nº 47.132, de 2017, de transferência da execução no todo ou em parte do objeto da parceria.

3.1.6. Apresentar ao OEEP, periodicamente, relatório de monitoramento, sobre a execução do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO de que trata o inciso I do § 3º do art. 56

do Decreto Estadual nº 47.132/2017, bem como prestar informações sobre a execução sempre que solicitado pelo OEEP ou órgãos fiscalizadores, inclusive de controle interno ou externo.

3.1.7. Identificar eventuais necessidades de alteração do ACORDO DE COOPERAÇÃO e apresentá-las previamente ao OEEP, observada a Cláusula 6ª deste instrumento.

3.1.8. Facilitar o acesso dos agentes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, do controle interno e externo e de terceiros incumbidos do apoio técnico para monitoramento e avaliação nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 13.019/2014 aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este ACORDO DE COOPERAÇÃO, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

3.1.9. Divulgar o ACORDO DE COOPERAÇÃO, no sítio eletrônico oficial / Mapa das OSCs/redes sociais e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, observado o art. 7º do Decreto nº 47.132, de 2017, o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o art. 61 do Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012.

3.1.10. Divulgar a parceria para a comunidade beneficiada, inserindo, por meio de placas, adesivos ou pintura no recurso patrimonial compartilhado, o nome e logomarca oficial do Governo do Estado de Minas Gerais nas peças de divulgação institucional deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, de acordo com o padrão do manual de Identidade Visual, disponível no sítio eletrônico da Segov – www.governo.mg.gov.br, observada a legislação que trata da publicidade institucional e as balizas trazidas pela legislação eleitoral.

3.1.11. Não divulgar os dados a que tenha acesso em virtude deste ACORDO DE COOPERAÇÃO ou repassá-los a terceiros, ainda que após o término da vigência da parceria, salvo com autorização expressa e formal do OEEP ou em virtude de legislação específica que determine a sua divulgação.

3.1.12. Prestar contas ao OEEP, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos moldes e prazos previstos na Cláusula 9ª.

3.1.13. Manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas.

3.1.14. Propor e coordenar a realização de eventos relacionados à promoção, pesquisa, difusão e valorização das manifestações culturais populares e do patrimônio cultural do estado de Minas Gerais.

3.1.15. Mobilizar recursos humanos e materiais necessários para a execução das atividades.

3.1.16. Desenvolver e promover cursos de Formação em Folclore e Tradições Mineiras.

3.1.17. Criar o Selo “Folclore Mineiro” voltado para premiação das melhores práticas de preservação das tradições mineiras da cultura folclórica e popular.

3.1.18. Criar Premiação anual de Mestres e Mestras da Cultura Popular.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1. O OEEP promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos dos arts. 58 a 62 da Lei Federal nº 13.019/2014, por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, a partir da análise amostral de relatório de monitoramento e prestação de contas anual, cuja produção é de responsabilidade da OSC PARCEIRA, e da eventual realização de pesquisas de satisfação e visitas técnicas *in loco*.

4.2. Para o monitoramento e avaliação deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, o Administrador Público assegurará a designação, como gestor da parceria, de servidor ou empregado público habilitado acompanhar, controlar, fiscalizar e monitorar a execução da parceria em tempo hábil e de modo eficaz, observado o inciso III do art. 8º da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

4.3. O OEEP disponibilizará diárias de viagem, materiais e equipamentos tecnológicos, como computadores, impressora e veículos, necessários ao monitoramento e avaliação, bem como emitirá orientações ao gestor da parceria para cumprimento das obrigações previstas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 56 do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

4.4. As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, além de aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

4.5. Para possibilitar o monitoramento e a avaliação, a OSC PARCEIRA deverá apresentar ao OEEP:

4.5.1. Periodicamente, relatório de monitoramento, informando o andamento da execução física do objeto, no prazo de até 15 (quinze) dias após o término do período a ser monitorado, informando o andamento da execução física do objeto.

4.5.2. Anualmente, prestação de contas referente aos últimos 12 (meses) de duração da parceria, no prazo de até 90 (noventa) dias do fim do exercício relativo à prestação.

4.6. O OEEP deverá, quando possível, realizar visita técnica *in loco*, nos termos do art. 57 do Decreto Estadual nº 47.132/2017, para subsidiar o monitoramento e avaliação da parceria, especialmente nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance de metas.

4.7. O relatório de monitoramento e a prestação de contas anual da OSC PARCEIRA serão analisados pelo gestor da parceria, nos termos do art. 59 do Decreto nº 47.132, de 2017, com produção do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, quando ocorrer uma ou mais das seguintes circunstâncias:

4.7.1. A parceria for selecionada por amostragem, conforme ato do dirigente máximo do OEEP, observado o caput do art. 59-B do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

4.7.2. For identificado, pelo gestor, indício de descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria.

4.7.3. For aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade pelo OEEP.

4.8. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, pelo OEEP, por meio do(a) [\[ato que instituiu a comissão\]](#) e suas eventuais alterações, que, observado o parágrafo único do art. 60 do Decreto nº 47.132, de 2017, o homologará no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, prorrogáveis, motivadamente, por igual período.

4.9. Se verificadas, a qualquer tempo, omissão no dever de prestar contas anual ou impropriedades na execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, o OEEP notificará a OSC PARCEIRA, fixando o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da administração, para apresentação de justificativa ou saneamento das irregularidades, sob pena de rescisão deste instrumento e de aplicação de sanção prevista na Cláusula 13ª.

4.10. Sem prejuízo da fiscalização pelo OEEP e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas, estando também suscetível aos mecanismos de controle social.

4.11. Os agentes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, do controle interno e externo e de terceiros incumbidos do apoio técnico para monitoramento e avaliação nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 13.019/2014 terão acesso livre aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este ACORDO DE COOPERAÇÃO, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO vigorará por 730 (setecentos e trinta) dias, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, computando-se, nesse prazo, o previsto para execução do objeto previsto na Cláusula 1ª, podendo a vigência ser prorrogada observado o

procedimento constante da Cláusula 6ª.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

6.1. O presente instrumento e seu Plano de Trabalho poderão ser alterados mediante proposta de alteração de qualquer uma das partes e celebração de termo aditivo, sendo vedada a alteração que resulte na modificação do núcleo da finalidade do ACORDO DE COOPERAÇÃO.

6.2. A alteração do ACORDO DE COOPERAÇÃO deverá observar os requisitos previstos na LDO e o disposto no Capítulo VI do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

6.3. A solicitação da OSC PARCEIRA de alteração deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, devidamente formalizada e justificada, deverá ser apresentada ao OEEP, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do término inicialmente previsto, conforme § 2º do art. 67 do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

6.4. A alteração do ACORDO DE COOPERAÇÃO relacionada exclusivamente aos membros da equipe de contato da OSC PARCEIRA e à duração das etapas não poderá acarretar a modificação da data de término da vigência, do objeto e do núcleo da finalidade, dispensando a formalização do termo aditivo, prévio parecer da área técnica e aprovação do OEEP, devendo ser apostilado no último termo aditivo, com juntada de novo plano de trabalho no processo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

7.1. Para a execução do objeto do presente Acordo não haverá transferência de recursos entre os PARTÍCIPIES.

7.2. O objeto deste instrumento não envolve a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

8.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPIES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão quaisquer ônus aos PARTÍCIPIES.

9. CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A prestação de contas tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam ao OEEP avaliar o cumprimento da finalidade, a execução do objeto e o alcance das metas, bem como o nexo de causalidade da receita e da despesa, observando-se as regras previstas nos arts. 63 ao 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos arts. 71 a 87 do Decreto Estadual nº 47.132/2017 e neste instrumento, bem como o Plano de Trabalho.

9.2. A OSC PARCEIRA deverá apresentar ao OEEP prestação de contas:

9.2.1. ANUAL, em até 90 (noventa) dias do fim de cada exercício.

9.2.2. FINAL, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término da vigência deste ACORDO DE COOPERAÇÃO.

9.3. A prestação de contas deverá conter a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados até o período, inclusive o Relatório de Execução do Objeto, em conformidade com o art. 77 do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

9.4. Nos termos dos arts. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014 e dos arts. 80 a 85-B do Decreto Estadual nº 47.132/2017, cabe ao OEEP e, se extinto, a seu sucessor, promover a conferência da documentação apresentada pela OSC PARCEIRA, analisar os relatórios elaborados internamente no monitoramento e avaliação, adotar as medidas administrativas internas, notificar a OSC PARCEIRA para saneamento de ocasionais irregularidades, aprovando, com ou sem ressalvas, ou rejeitando a prestação de contas, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

10.1. Os partícipes poderão, a qualquer tempo, denunciar ou rescindir o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO mediante notificação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

10.2. Constitui motivo para rescisão unilateral a critério do OEEP, observado o art. 89 do Decreto Estadual nº 47.132/2014:

10.2.1. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção insanável de informação em documento apresentado ao Caged ou na celebração do ACORDO DE COOPERAÇÃO.

10.2.2. A inadimplência injustificada pela OSC PARCEIRA de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento.

10.2.3. O não cumprimento das metas fixadas, em desacordo com o Plano de Trabalho, sem prévia autorização do OEEP, ainda que em caráter de emergência.

10.2.4. A falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos ou sua não aprovação.

10.2.5. Não atendimento à notificação prevista no § 2º do art. 59 do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

10.2.6. A verificação de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificado pelo OEEP.

10.3. Em qualquer das hipóteses de denúncia ou rescisão, ficam os partícipes somente responsáveis pelas obrigações e auferindo as vantagens relativas ao prazo em que tenham participado do ACORDO DE COOPERAÇÃO.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante a seu objeto, devendo os casos omissos serem resolvidos pelos PARTÍCIPIES.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO AUTURAL E DA PROPRIEDADE DOS BENS

12.1. Os direitos de autor, os conexos e os de personalidade incidentes sobre conteúdo adquirido, produzido ou transformado com recursos deste ACORDO DE COOPERAÇÃO permanecerão com seus respectivos titulares, possuindo a Administração Pública do Poder Executivo Estadual a mesma licença de uso obtida pela OSC PARCEIRA, respeitados os termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996, devendo ser publicizado o devido crédito ao autor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

13.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Estadual nº 47.132/2017, este ACORDO DE COOPERAÇÃO ou seu Plano de Trabalho, ou a legislação específica, o OEEP poderá, observada a Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e o art. 101 do Decreto Estadual nº 47.132/2017, aplicar as seguintes sanções à OSC PARCEIRA:

13.1.1. Advertência.

13.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública do Poder Executivo Estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a OSC PARCEIRA ressarcir os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

13.2. As ações punitivas do OEEP destinadas a aplicar as sanções prescrevem, no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo para apresentação da prestação de contas anual ou final, no caso de omissão do dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

13.3. A prescrição punitiva não dispensa processo administrativo para colheita de provas de

eventual ilícito praticado pela OSC PARCEIRA, para efeito de eventual ressarcimento ao erário, nos termos do § 5º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

13.4. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não afasta a possibilidade de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, especialmente os atos de improbidade administrativa introduzidos ou alterados no art. 77 da Lei Federal nº 13.019/2014.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, suas prorrogações de ofício e seus aditamentos, o OEEP providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais, em consonância com as normas estatuídas no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, no art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 41 do Decreto Estadual nº 47.132/2017, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da assinatura do instrumento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões não resolvidas administrativamente, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. É obrigatória a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas e questões controversas decorrentes da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO, com a participação da unidade de assessoria jurídica do OEEP, sob a coordenação e supervisão da AGE no tocante a dúvidas de natureza eminentemente jurídica.

15.3. É assegurada a prerrogativa da OSC PARCEIRA se fazer representar por advogado perante o OEEP em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Paulo Martins

Presidente

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG

Mauro Guimarães Werkema

Presidente

Comissão Mineira de Folclore

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

1. PLANO DE TRABALHO

Este plano de trabalho é referente à consecução do objeto do Acordo de Cooperação de protocolo SEI nº 115412273, firmado entre os partícipes nele discriminados. Seu conteúdo foi pautado pelo art. 22 da Lei nº 13.019/2014:

Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II-A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

2. INFORMAÇÕES DA OSC

Constam no preâmbulo do Acordo de Cooperação.

3. OBJETO

Constante na Cláusula Primeira do Acordo de Cooperação.

4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo da parceria entre o IEPHA-MG e a CMFL inclui comunidades tradicionais e mestres da cultura popular, como congadeiros, foliões de Reis, artesãos, grupos de dança e música tradicional, e detentores de saberes imateriais. Também abrange pesquisadores e acadêmicos, estudiosos de folclore, antropologia, história, museologia e áreas afins, vinculados a universidades e centros de pesquisa. Além disso, gestores e agentes culturais, profissionais de instituições públicas, privadas e do terceiro setor atuantes na preservação e promoção do patrimônio cultural, são parte do público-alvo. Educadores e estudantes, professores e alunos da rede pública e privada, especialmente envolvidos em projetos de educação patrimonial, também estão incluídos. Por fim, a sociedade em geral, composta por público interessado em cultura mineira, turistas e visitantes de exposições, eventos e ações educativas promovidas pela parceria, é contemplada.

5. JUSTIFICATIVA (Art. 22, I, Lei nº 13.019/2014)

Com base no disposto à Cláusula Segunda, desenvolve-se, a seguir, o embasamento a este plano de trabalho.

Diagnóstico da Realidade:

A Comissão Mineira de Folclore (CMFL), criada em 1948, é uma entidade de reconhecida atuação na pesquisa, documentação e preservação das tradições culturais populares de Minas Gerais. Ao longo de mais de sete décadas, a CMFL acumulou um vasto acervo museológico, bibliográfico e documental, além de estabelecer uma rede de colaboradores e mestres da cultura popular em todo o estado. No entanto, a falta de uma sede própria e a dispersão de seus acervos por diversas instituições têm dificultado a preservação, acessibilidade e divulgação desse patrimônio, comprometendo sua missão de valorizar e difundir o folclore mineiro.

Por outro lado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), vinculado ao Governo do Estado, tem como atribuição constitucional a proteção, promoção e gestão do patrimônio cultural mineiro, tanto material quanto imaterial. Sua expertise em políticas públicas de patrimônio, aliada à capacidade técnica e institucional, posiciona-o como parceiro estratégico para potencializar as ações da CMFL.

Nexo com as Atividades e Metas:

A celebração deste Acordo de Cooperação visa integrar as competências complementares do IEPHA-MG e da CMFL, com os seguintes objetivos:

- *Preservação e Acesso aos Acervos:* Estruturar ações conjuntas para inventariar, digitalizar e

disponibilizar os acervos da CMFL, garantindo sua preservação e acesso público, em consonância com as diretrizes do IEPHA-MG para salvaguarda do patrimônio cultural.

- *Valorização da Cultura Popular*: Promover eventos, exposições e premiações (como o "Selo Folclore Mineiro" e a "Premiação de Mestres da Cultura") que reconheçam e divulguem as tradições mineiras, fortalecendo a identidade cultural do estado.
- *Formação e Pesquisa*: Desenvolver cursos e projetos de pesquisa em folclore e patrimônio imaterial, capacitando agentes culturais e ampliando o conhecimento sobre as manifestações populares.
- *Articulação Institucional*: Estabelecer uma rede de cooperação entre órgãos públicos, instituições culturais e comunidades tradicionais, facilitando a troca de conhecimentos e a implementação de políticas públicas integradas.

Justificativa da Parceria:

A união de esforços entre IEPHA-MG e CMFL permitirá otimizar recursos técnicos, financeiros e humanos, superando desafios como a fragmentação dos acervos e a falta de infraestrutura. Além disso, a parceria está alinhada com marcos legais estaduais e federais, como a Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC).

Ao integrar o conhecimento empírico da CMFL sobre folclore e cultura popular com a expertise do IEPHA-MG em gestão patrimonial, esta cooperação não apenas preservará a memória cultural mineira, mas também a revitalizará, garantindo sua transmissão às futuras gerações e consolidando Minas Gerais como referência na proteção do patrimônio imaterial brasileiro.

6. RECURSOS (Art. 22, II-A, Lei nº 13.019/2014)

Conforme Cláusulas Sétima e Oitava deste Acordo de Cooperação, para cumprimento deste plano de trabalho os recursos patrimoniais, financeiros e humanos serão alocados por cada partícipe, conforme sua capacidade institucional e conveniência. Não há previsão de repasse de recursos no âmbito deste Acordo de Cooperação.

7. EQUIPE RESPONSÁVEL, NA OSC, PELA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO, SEU MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Signatário: Mauro G U I M A R ã E S Werkema, CPF: 128.***.***-68 - E-mail: mauowerkema@gmail.com

Titular: José Moreira de Souza, CPF: 057.***.***-91 - E-mail: zedeflora@gmail.com

Suplente: Marina Miranda de Carvalho, CPF: 216.***.***.87 - E-mail: marinamirarte@gmail.com

8. CRONOGRAMA (Art. 22, II, III e IV, Lei nº 13.019/2014)

Item	Ação	Responsável	Início	Conclusão	Comprovação
1	Designar comissão técnica com representantes do IEPHA-MG.	IEPHA-MG	Mês 1	Mês 1	Termo de designação no SEI.
2	Designar comissão técnica com representantes da CMFL.	CMFL	Mês 1	Mês 1	Termo de designação no SEI.
3	Elaborar cronograma de eventos conjuntos (Semana Mineira do Folclore, Premiação de Mestres da Cultura e congêneres).	IEPHA-MG e CMFL	Mês 2	Mês 3	Cronograma no SEI.

Item	Ação	Responsável	Início	Conclusão	Comprovação
4	Elaborar relatório de monitoramento semestral 1	IEPHA-MG e CMFL	Mês 5	Mês 7	Relatório constante no SEI e assinados pelas partes.
5	Elaborar relatório de monitoramento semestral 2	IEPHA-MG e CMFL	Mês 11	Mês 13	Relatório constante no SEI e assinados pelas partes.
6	Elaborar relatório de monitoramento semestral 3	IEPHA-MG e CMFL	Mês 17	Mês 19	Relatório constante no SEI e assinados pelas partes.
7	Elaborar relatório de monitoramento semestral 4	IEPHA-MG e CMFL	Mês 23	Mês 25*	Relatório constante no SEI e assinados pelas partes.
8	Elaborar prestação de contas anual 1	IEPHA-MG e CMFL	Mês 11	Mês 15**	Documento constante no SEI e assinados pelas partes.
9	Elaborar prestação de contas anual 2	IEPHA-MG e CMFL	Mês 23	Mês 27**	Documento constante no SEI e assinados pelas partes.
10	Realizar a Semana Mineira do Folclore (edição 2025).	CMFL	Mês 5	Mês 12	Relatório de atividades e/ou registros de presença e/ou registros fotográficos no SEI.
11	Desenvolver proposta e cronograma de implementação do Selo "Folclore Mineiro".	CMFL	Mês 5	Mês 12	Documentação do selo, critérios de premiação e cronograma constantes no SEI.
12	Implementar Selo "Folclore Mineiro".	CMFL	Mês 12	Mês 24	Relatório de atividades e/ou publicações constantes no SEI.
13	Realizar Premiação anual de Mestres e Mestras da Cultura Popular (2025).	CMFL	Mês 5	Mês 12	Publicação de homologação de resultados da premiação constante no SEI.
14	Realizar a Semana Mineira do Folclore (edição 2026).	CMFL	Mês 13	Mês 24	Relatório de atividades e/ou registros de presença e/ou registros fotográficos no SEI.

Item	Ação	Responsável	Início	Conclusão	Comprovação
15	Realizar Premiação anual de Mestres e Mestras da Cultura Popular (2026).	CMFL	Mês 13	Mês 24	Publicação de homologação de resultados da premiação constante no SEI.
16	Realizar evento comemorativo ao aniversário do CMFL	CMFL	Mês 5	Mês 24	Relatório de atividades e/ou registros de presença e/ou registros fotográficos no SEI.
17	Publicar materiais de pesquisa e divulgação sobre patrimônio cultural imaterial.	IEPHA-MG e CMFL	Mês 6	Mês 24	Publicações disponíveis no SEI.

* O prazo assinala o disposto (15 dias após o fim do período de monitoramento) pelo item 4.5.1 da Cláusula Quarta.

** O prazo assinala o disposto (90 dias após o fim do exercício) pelo item 4.5.2 da Cláusula Quarta.

João Paulo Martins

Presidente

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG

Mauro Guimarães Werkema

Presidente

Comissão Mineira de Folclore



Documento assinado eletronicamente por **MAURO GUIMARAES WERKEMA, Usuário Externo**, em 28/07/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Martins, Presidente(a)**, em 06/08/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **116605781** e o código CRC **0CFDFB46**.

Referência: Processo nº 2200.01.0000952/2025-60

SEI nº 116605781